

ENTREVISTA

Considerações sobre a política internacional

por Eduardo Svartman

Entrevista: João Henrique Salles Jung



Professor Dr. Eduardo Svartman. Foto: Arquivo Pessoal

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006), Eduardo Svartman é professor do Departamento de Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. Atualmente também é professor visitante na Elliott School of International Affairs.

É membro do Grupo de Estudos em Segurança e Política Internacional, membro do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) e integrante do Grupo de Pesquisa em História Militar. É membro da ABED, da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), da Associação Nacional de História (Anpuh) e da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Em sua trajetória profissional ainda foi professor visitante na Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Diretor Acadêmico da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e editor executivo da Revista Brasileira de Estudos de Defesa.

Conforme alguns teóricos uma potencial “segunda guerra fria” estaria em curso atualmente. Qual a sua opinião a respeito desta tese?

A guerra fria foi um período no qual o sistema internacional se estruturou, grosso modo, com a configuração de dois blocos com ideologias universais antagônicas, liderados pelos EUA e pela URSS. A retomada do protagonismo político da Rússia em seu entorno regional e a crescente presença da China em novas regiões mudou a paisagem internacional do “pós-guerra fria”; entretanto não configuram uma nova guerra fria. O antagonismo entre EUA e Rússia nas tradicionais zonas de influência da Rússia (Ucrânia e Síria, por exemplo) e a ambivalente relação de competição e interdependência comercial e financeira entre EUA e China não estão associados, até o momento, a uma ideologia sistêmica alternativa àquela liderada pelos EUA sendo projetada pela Rússia ou pela China. Por isso, apesar da deterioração das relações entre os EUA e a Rússia, não acredito que seja pertinente pensar o que se passa atualmente com essa categoria.

Em que medida o BRICS – com maior ênfase na China e na Rússia - representa um novo reordenamento na balança de poder do sistema internacional, fato este que poderia ameaçar a primazia dos EUA?

Os BRICS são um indicador de que o momento unipolar dos anos 1990 já passou. Não apenas o BRICS, mas também o G-20 indica que, pela ação coletiva de países ou pelo protagonismo individual de cada um dos “emergentes”, o sistema internacional passa por um processo de redistribuição do poder econômico e político. Deve-se observar, contudo, que o poder militar ainda segue bastante concentrado. Nenhum outro país tem a capacidade de projeção global de força dos EUA.

Atualmente, a Rússia vem recuperando o espaço de grande player no sistema internacional após uma grave crise que passou com o fim da Guerra Fria. O senhor acha que o país pode vir a ser novamente uma potência central das relações internacionais ou que seu papel neste Século XXI será ofuscado pela China?

A Rússia é uma potência central; por seu tamanho, influência em diferentes regiões, capacidade militar e presença no Conselho de Segurança da ONU. A China também, embora com atributos diferentes (maior peso econômico). Neste mundo mais multipolar, as grandes potências têm assimetrias mais acentuadas que, por exemplo, o “concerto europeu” do século 19.

Os atuais conflitos no Oriente podem ser enquadrados como “guerras por procuração” como aquelas que ocorriam no período da Guerra Fria?

Não sou especialista na região, observo que os conflitos têm uma dinâmica própria (local ou regional) inflacionada por atores extra-regionais, como na guerra fria. Contudo, naquele período, o componente nacionalista parecia ser mais forte que o religioso ao inflamar os conflitos, e agora parece ser o contrário.

Em que medida a guerra civil Síria atual pode ser considerada um reflexo da disputa das grandes potências por poder no sistema interacional?

A Síria governada por Assad é um aliado estratégico da Rússia, sua porta para o Mediterrâneo, a qual certamente a OTAN gostaria de ver fechada. Por conta disso e do poder de veto russo, não se deve esperar uma intervenção aberta da ONU ou da OTAN como ocorreu na Líbia. Há ainda um complicador, o Estado Islâmico, que põe mais ou menos do mesmo lado Rússia, EUA e Irã, portanto a guerra civil síria não pode ser reduzida ao seu componente doméstico (governo x rebeldes) nem ao do xadrez das grandes potências (Rússia X OTAN).

Neste ano Obama visitou a cidade de Hiroshima em um ato simbólico que remete ao fim da segunda guerra mundial; em conjunto a isto, o Japão passa por uma fase de remilitarização que possui o aval dos Estados Unidos. Em que medida essas ações servem como um meio de contenção à China e à Rússia?

O Japão é um aliado dos EUA desde sua reconstrução ao fim da II Guerra. A visita de Obama a Hiroshima pode ser entendida como uma reafir-

mação dos valores da ordem liberal liderada pelos EUA, entre eles o respeito aos direitos humanos e a não proliferação de armas de destruição em massa, cuja imagem havia sido severamente comprometida pela administração Bush. Ao mesmo tempo, o ato reforça a aliança EUA-Japão da mesma forma que visitas de chefes de Estado franceses e alemães a monumentos da I e II guerras reafirmam seu compromisso com a União Europeia. Esse reforço, combinado com o rearmamento japonês faz parte da estratégia estadunidense de “dividir o fardo” na manutenção da ordem.

As eleições norte-americanas e o antagonismo de ideias existente entre Hillary Clinton e Donald Trump são umas das pautas mais comentadas na agenda internacional. O senhor acredita que o resultado dessas eleições possa impactar significativamente as relações exteriores e a projeção de poder dos Estados Unidos nos anos seguintes?

Apesar do discurso populista xenofóbico de Trump, ainda não está claro qual seria a estratégia de seu governo. Por hora, sua candidatura trata-se de um fenômeno midiático que dividiu ainda mais o Partido Republicano e cujos desdobramentos são muito difíceis de prever, no caso de uma vitória nas eleições de novembro. Com relação a Clinton, o que se espera é que, mantida a tendência de recuperação econômica dos EUA, seu eventual governo mantenha a mesma direção de Obama, sendo, entretanto mais assertivo na sua política externa e com maior disposição para usar a força em áreas que considere críticas.